

/opinião

opinioao@ootimista.com.br

#ARTIGOS



Por
Andréa Aquino

A taxa no Estreito de Ormuz e a conta que pode chegar ao Brasil

Donald Trump anunciou uma taxa de 20% sobre toda a carga que atravessar o Estreito de Ormuz, batizando os EUA de "guardiões" da rota. O anúncio jogou o petróleo acima de 80 dólares o barril, uma das maiores altas diárias desde o início da guerra entre EUA e Irã. Menos de 24 horas depois, o presidente americano recuou: a cobrança seria substituída por acordos comerciais e de investimento com países do Golfo, após pressão de aliados. A mudança foi anunciada horas antes de a taxa entrar em vigor. Mesmo assim, o efeito mais sensível para o Brasil não está no posto de gasolina, está no celeiro - o recuo não apaga o precedente: uma canetada pode taxar um estreito estratégico de uma hora para outra.

Por Ormuz passam quase 25% do petróleo mundial e parcelas ainda maiores de fertilizantes: 40% da ureia, 30% da amônia e 25% dos fosfatos exportados globalmente. O Brasil importa mais de 80% dos fertilizantes que consome, insumo essencial para a safra de soja que começa em setembro.

Ficou claro nesta semana que uma portagem em um estreito estratégico pode virar, em horas, ameaça

Uma sobretaxa de 20% encareceria o custo do agro, com efeito cascata sobre preços de alimentos. Não é geopolítica abstrata: é custo de frete, de insumo e, no fim da cadeia, do prato de comida do brasileiro. O primeiro caminho é diplomático: articular com Índia, China e europeus posição conjunta na OMC contra a legalidade de uma taxa unilateral sobre um estreito internacional.

Sozinho, o Brasil tem pouco poder de barganha; em bloco, pressão coletiva já mudou políticas americanas antes - foi a pressão de aliados do Golfo que derrubou a taxa em menos de um dia. O segundo caminho é diversificar rotas e fornecedores, movimento

que exportadores do agro já testam, redirecionando embarques via Turquia. Há ainda a via preventiva: antecipar embarques diante de qualquer novo sinal de tensão no estreito, em vez de esperar uma eventual sobretaxa. Já as empresas do agro e da indústria química têm ferramentas mais imediatas: antecipar compras e estoques antes de uma alta se consolidar; hedge cambial e de commodities; e renegociar fretes dividindo o risco com fornecedores internacionais.

Andréa Aquino é presidente da Comissão de Direito Marítimo e Portuário da OAB/CE



Por
Edmar Fernandes

Piso salarial é valorização

Discutir o piso salarial da categoria médica não é tratar apenas de remuneração. É falar de valorização profissional, reconhecimento e das condições necessárias para que o médico exerça sua missão com segurança, autonomia e qualidade.

O tema voltou ao centro do debate nacional com a aprovação, no Senado Federal, do Projeto de Lei nº 1.365/2022, que atualiza o piso salarial dos médicos e segue agora para análise da Câmara dos Deputados. A proposta representa um avanço importante em uma pauta histórica da categoria: o reconhecimento de que a responsabilidade inerente ao exercício da medicina precisa ser acompanhada de relações de trabalho mais dignas e justas. A medicina exige formação contínua, atualização permanente e a capacidade de tomar decisões que podem definir o destino de um paciente em poucos minutos.

Ainda assim, muitos profissionais convivem com vínculos precários, atrasos salariais e remunerações incompatíveis com a complexidade do trabalho que desempenham diariamente. O piso salarial representa um parâmetro mínimo de valorização da profissão. Além de estabelecer uma referência remuneratória, ele contribui para reduzir a precarização das relações de trabalho e oferece maior segurança aos profissionais e aos próprios serviços de saúde. Quando esse compromisso não existe, o resultado costuma ser a sobrecarga de jornadas, a multiplicidade de vínculos e a dificuldade de garantir continuidade e qualidade na assistência.

Valorizar o médico não significa conceder privilégios. Significa compreender que profissionais remunerados de forma justa, inseridos em relações de trabalho estáveis e

respeitados em sua atuação conseguem dedicar mais tempo ao aperfeiçoamento técnico e prestar uma assistência cada vez mais qualificada. O maior beneficiado é o paciente.

Essa discussão também é estratégica para fortalecer a saúde pública. Em muitas regiões, especialmente no interior, a ausência de condições adequadas de trabalho e de uma remuneração compatível dificulta a fixação de médicos, amplia a rotatividade de profissionais e compromete a continuidade.

Edmar Fernandes é presidente do Sindicato dos Médicos do Ceará

Defender o piso salarial é defender relações de trabalho mais equilibradas

OOTIMISTA

GRUPO OTIMISTA

www.ootimista.com.br
www.tvotimista.com.br

Avenida Santos Dumont 1510, 12º andar
Aldeota - Fortaleza - CE - CEP: 60150-161

Redação: (85) 3042.8938
Administrativo / Comercial: (85) 3879.5005
WhatsApp: (85) 98155.2022

Presidente:
Adriano Nogueira
adriano@ootimista.com.br

Diretor Geral: Emerson Maranhão
emerson@ootimista.com.br

Diretor de Jornalismo e Editor de Economia:
Átila Varela
atila@ootimista.com.br

Diretora Comercial: Polyana Brandão
polyana@ootimista.com.br

Chefe de Redação e Editor de Política:
Gabriel Amora
amoragabriel@ootimista.com.br

Editor de Revistas e Projetos Especiais:
Rodrigo Rocha
rodrigorochoa@ootimista.com.br

Chefe de Redação da TV Otimista:

Letycia Aguiar
letyacia@ootimista.com.br

Editora de Panorama:
Elisa Parente
elisa@ootimista.com.br

Editor de Tapis Rouge:
Danielber Noronha
danielbernoronha@ootimista.com.br

Editora-adjunta de Economia:
Catharina Queiroz
catharina@ootimista.com.br

Editora de Arte:

Barbara De Salvi
barbaradesalvi@ootimista.com.br

Diagramação:
Fernanda Scipião, Gabriel Ferreira,
Lucas Pinheiro e Marina Rodrigues

Gerente Administrativo:
Layo Carneiro
layo@ootimista.com.br

Impressão: Tecnograf

Periodicidade:
De segunda-feira ao fim de semana

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

abra legal ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO E ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS DO BRASIL